



MOBILIDADE E PODER DA MULHER NEGRA NO SERTÃO DA RESSACA

*Martha Maria Brito Nogueira¹
Nubia Regina Moreira²*

Resumo: O artigo traça a trajetória de Eufrosina Maria de Oliveira Freitas, mulher negra que viveu no município de Vitória da Conquista-BA no período histórico entre os anos 1859 a 1935. Através do itinerário de sua vida podemos compreender as tessituras do poder econômico, social e político da sociedade conquistense da época e analisar como foi possível a esta mulher negra ascender e participar das redes de poder constituídas por indivíduos proprietários de terras. A noção de trajetória é aqui tratada como fruto das lutas sociais travadas no interior do campo de poder considerando as relações e interações estabelecidas pelo sujeito para definir o seu lugar no espaço social

Palavras-chave: Mulher negra. Trajetória. Sertão da Ressaca.

MOBILITY AND POWER OF THE BLACK WOMAN IN SERTÃO DA RESSACA

Abstract: The article traces the trajectory of Eufrosina Maria de Oliveira Freitas, black woman who lived in the city of Vitória da Conquista, Bahia in the historical period between the years 1859-1935. Through the itinerary of her life we may understand the wheels of economic, social and political power of the society at the time and analyze how it was possible to this black woman to ascend and participate of the networks of power constituted by individual owners of land. The notion of trajectory is treated here as a result of social struggles inside the field of power considering the relationships and interactions established by the individual to define their place in the social space.

Keywords: black woman, trajectory, Sertão da Ressaca.

MOBILITÉ ET POUVOIR DE LA FEMME NOIRE DANS LE SERTÃO DA RESSACA

Résumé: L'article retrace la trajectoire de Eufrosina Maria de Oliveira Freitas, femme noire qui a vécu dans la ville de Vitória da Conquista, Bahia dans la période historique entre les années 1859-1935. À travers d'itinéraire de sa vie, pouvons comprendre la tessiture du pouvoir économique, sociale et politique de la ville et analyser comment a été possible cette femme

¹ Graduada em História pela UESB (Universidade do Sudoeste da Bahia). Pós-Graduada em Nível de Especialização Lato Sensu em Antropologia com Ênfase em Culturas Afro-brasileiras UESB - Campus Universitário de Jequié. Membro do Grupo de Pesquisa Escravidão, comércio e trânsitos culturais nos sertões da Bahia e de Minas Gerais. Séculos XVIII (Fapesb/CNPq).

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2007) e Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (2013)). Pesquisadora dos Grupos Cultura, Memória e Desenvolvimento - CMD (UnB) e do Grupo de Estudos e Pesquisa das Práticas Pedagógicas Curriculares em Espaços Educacionais - GEPPE (UESB). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - (UESB). As temáticas de pesquisas de interesse se direcionam para dois campos a saber: a) estudo da atuação das mulheres no campo da produção da música popular brasileira; e, b) sociologia das práticas educacionais com enfoque na sociologia da educação .



noire à monter et à participer à des réseaux de pouvoir constitués par les individuels propriétaires de terres. La notion de trajectoire est ici traitée comme un résultat des luttes sociales bataillées dans l'intérieur du champ de pouvoir, en considérant les relations et interactions établies par l'individu à définir leur place dans l'espace social

Mots-clés: Femme Noire. Trajectoire. Sertão de Ressaca.

MOBILIDADE Y PODER DE LA MUJER NEGRA EN EL SERTÃO DE LA RESSACA

Resumen: El artículo apunta la trayectoria de Eufrosina Maria de Oliveira Freitas, mujer negra que vivió en la municipalidad de Vitória de la Conquista-BA en el período histórico entre los años 1859 a 1935. A través del itinerario de su vida podemos comprender las tejidas del poder económico, social y político de la sociedad conquistense de la época y analizar cómo fue posible a esta mujer negra ascender y participar de las redes de poder constituidas por individuos propietarios de las tierras. La noción de trayectoria es acá tratada como fruto de las luchas sociales trabadas en el interior del campo de poder considerando las relaciones e interacciones establecidas por el sujeto para definir su lugar en el espacio social.

Palabras-Clave: Mujer negra; Trayectoria; Sertão de la Ressaca.

Nos idos de 1817, o Arraial da Conquista era a principal localidade do Sertão da Ressaca.³ O viajante naturalista, Maximiliano de Wied-Neuwied⁴, afirmou que o arraial estava localizado em uma região de clima extremamente agradável com uma vegetação atraente para qualquer botânico: lindas árvores, extrema variedade de flores, o cheiro do jasmim, alguns prados fechados em toda a volta pela mata, seu verde-vivo e as belas gramíneas que lembravam o frescor do clima temperado das florestas europeias.

A majestosa paisagem, coberta pela mata, era a habitação dos índios Aimorés ou Ymborés, Mongoiós subgrupo Camacãs e Pataxós, quando João Gonçalves da Costa, “um conquistador, isto é, um capitão português dado a empresas, aportou-se aqui como aventureiro, acompanhado de um bando de homens armados, declarando guerra aos antigos habitantes do território” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 428).

³ De acordo com o IBGE refere-se à Região do Sudoeste da Bahia, terras que compreende a região situada entre dos rios Pardo e das Contas onde localiza a cidade de Vitória da Conquista. O nome Sertão da Ressaca pode ser derivado tanto do fenômeno de invasão das águas dos rios sobre o sertão, semelhante ao fenômeno marinho, como da palavra ressaço, que corresponde à funda baía de mato baixo circundada por serras. (disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidades>)

⁴ Nos anos de 1815 a 1817, Maximiliano de Wied esteve no Brasil em expedição objetivando pesquisar as regiões brasileiras ainda inexploradas. O resultado de sua pesquisa foi publicado em duas grandes obras. Com as obras e relatos das suas duas grandes viagens, Maximiliano foi considerado um dos naturalistas mais destacados da época. (Biblioteca Brasileira da Robert Bosch GMBH. Viagem ao Brasil do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Catálogo Volume II, prefácio)



Nascido na cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, Portugal, João Gonçalves da Costa era um preto forro que chegou ao Brasil por volta dos anos de 1743, ainda muito jovem. Não se sabe quando, nem onde ou como João conseguiu sua alforria, no entanto em 1744 foi nomeado capitão-mor do terço de Henrique Dias⁵, com a missão de servir na busca de metais e pedras preciosas na milícia do mestre de campo João da Silva Guimarães (IVO, 2011, p.9).

Provavelmente por manifestar-se corajoso e aventureiro, João Gonçalves da Costa foi designado para substituir o mestre de campo João da Silva Guimarães na sua empreitada pelos sertões da Bahia. Segundo a historiadora Isnara Ivo (2011), Guimarães, inspirado nas lendas acerca da existência de minas de prata⁶ na Bahia, adentrou os sertões do norte de Minas Gerais seguindo o curso dos rios São Mateus, Jequitinhonha e Pardo, chegando ao Sertão da Ressaca e no Alto Sertão da Bahia. Seus relatos, algumas vezes embalados pelo fantástico, descreviam a descoberta de pequenas minas de esmeralda e prata em diversos pontos dos rios que percorria.

Entretanto, o avanço pelo sertão não consistia apenas na busca por metais e pedras preciosas. Dentre outros interesses, existia a condição de apropriar-se de terras para a expansão dos currais de gado⁷, pois, cada vez mais, a pecuária assumia crescente significação econômica e social. Possivelmente foi com este objetivo que João Gonçalves da Costa fixou-se no Sertão da Ressaca, formando ali o Arraial da Conquista onde viveu até os últimos dias de vida. O arraial, que pertencia politicamente ao termo de Caitité, emancipou-se em 1840 com a denominação de Imperial Vila da Vitória. Com a República a Vila foi elevada à condição de cidade e passou a ser denominada Cidade da Conquista. (SOUSA, 2011)

⁵ Era tradição do Império Ultramarino Português a formação de organismos bélicos formados por africanos, crioulos e mestiços, desde os primeiros anos de expansão marítima. O domínio lusitano era extenso de maneira que faltava a Portugal força militar para defender a si próprio e ao mesmo tempo proteger as suas colônias. (Cotta, 2010, p.38-41). Foi assim que muitas milícias de homens negros e crioulos receberam o nome de terço dos Henriques, assim chamadas por causa do seu fundador: Capitão Henrique Dias (?- 1662), homem de quem pouco se sabe, preto alforriado que formou uma tropa composta por negros e mestiços para combater contra a ocupação holandesa em Pernambuco. Sua competência levou o Império Português a condecorá-lo com o título de “governador dos crioulos, negros e mulatos” em setembro de 1639, recebendo a patente de Mestre-de-Campo. Em 1647 seu grupo contava com mais de 300 soldados entre escravos e forros. Segundo Silva, mais de um século depois da guerra, a exuberância desse exército era de impressionar. (Silva K.W., 2011, p. 41).

⁶ O mito das Minas de Prata ler mais em O feudo. A casa da torre de Garcia D’Avila: da conquistas dos sertões à independência do Brasil. De Luiz Alberto Muniz Bandeira.

⁷ As fazendas de gado foram iniciadas na Bahia no governo de Tomé de Sousa, sendo essa atividade um dos principais fatores que contribuiu para o povoamento dos sertões brasileiros. (Ivo, 2004. p.65)



Na condição de cidade, Conquista entrou no processo de organização e disciplina, caminho para as mudanças propostas pela modernização. Desde a década de 1840 que o primeiro “Código de Posturas” mostrava à preocupação dos administradores da cidade com a ordem social. Era essencial conter a desordem para civilizar a sociedade e controlar suas paixões. A proposta dos ordenamentos jurídicos da Câmara previa formar uma sociedade onde a população pobre, especialmente a negra, fosse submetida a um controle rigoroso. Esta prerrogativa mostra como era importante a hierarquia social para a elite política da cidade. (IVO, 2004)

No cenário político, a Cidade da Conquista ainda era reduto dos grandes fazendeiros, quase todos descendentes de João Gonçalves da Costa, que por meio de articulações e casamentos, dominaram a Cidade da Conquista durante todo o século XIX e XX, ocupando os principais cargos burocráticos da administração pública e mesmo na Câmara Municipal. (IVO, 2004). Segundo Souza “o tronco familiar formado pela seqüência Gonçalves da Costa, Oliveira Freitas e Fernandes de Oliveira, serviu como base para a formação de uma organização de poder local firmando a endogamia conquistense” (SOUZA, 1999, p.98)

A implantação do regime republicano não modificou as bases do poder local que estavam fundamentadas na dominação das famílias proprietárias de terras. A grande família patriarcal interferiu diretamente na administração pública mantendo as relações de poder e clientelismo para além do seu núcleo familiar. Desta forma eram as articulações entre famílias que mantinham o poder econômico e a administração pública conquistense. Com a República o município passou a ser o “curral eleitoral” dos coronéis e as relações de favoritismo e clientelismo continuaram movendo a vida política e social. Os coronéis é que indicavam o Intendente⁸ responsável pelo governo municipal. (QUEIROZ, 1976, p.183).

Em se tratando da Cidade da Conquista, como vimos anteriormente, a posse das terras era das famílias potentadas e eram elas que controlavam as questões administrativas da cidade, consolidando o poder privado. A institucionalização do poder e a disputa pela representatividade política incentivaram a concorrência e a rivalidade que resultou em violentas batalhas⁹ na Cidade da Conquista, onde as facções rivais tinham origem na endogamia conquistense. Pensando nos conflitos políticos na Cidade

⁸A mesma função que o prefeito nos dias atuais.

⁹Os principais batalhas foram a “batalha do Tamanduá” em 1895(ler mais no livro “O anjo da Morte contra o Santo Lenho” de Isnara Pereira Ivo) e em 1919o combate denominado de Meletes e Peduros.



da Conquista desde o final do século XIX podemos sugerir que a tendência do campo econômico era de absolver o campo político dentro de uma perspectiva onde o público e o privado muitas vezes se confundiam.

As mulheres que viviam na Cidade da Conquista no período em questão (1850 a 1930) desenvolveram atividades que permearam a vida social, econômica e política da cidade, muito embora naquele momento não lhes fosse permitido participar da vida pública.¹⁰ Como em outros estudos sobre a mulher negra no século XIX, na história de Conquista, encontraremos a mulher negra no trabalho ou escravo e ou doméstico, ou nas ruas como vendedoras ambulantes ou mesmo como prostitutas.¹¹

Não temos ainda um levantamento estatístico pronto para indicar certamente onde estavam, ou como viviam a maioria das mulheres negras na Cidade da Conquista neste período (1850 a 1890). Portanto, analisar a posição dessas mulheres no espaço conquistense comparando com as estatísticas dos grandes centros correria o risco de subversão dos valores singulares desta sociedade.

As mulheres do Sertão da Ressaca participaram atuantes no cotidiano da cidade, nas casas, nas igrejas e nas ruas como sujeitos históricos, buscando a sua posição no espaço social. As negras e as menos favorecidas economicamente também estavam lutando pelo seu espaço, pela sua sobrevivência e da sua família, crescendo em números nas ruas das cidades a partir das últimas décadas do século XIX.

Nesse contexto, muitas formas de mobilidades percorreram a sociedade colonial acontecendo em grande escala com mulheres “de cor”, libertas ou escravas. Segundo o historiador Eduardo França Paiva (2006), após a descoberta das minas de ouro, a inversão de valores sociais fazia parte da lógica daquela sociedade. Embora a minoria branca continuasse no controle da sociedade brasileira, as trocas de posições aconteciam cotidianamente.

De acordo com o historiador Roberto Guedes (2009), mobilidade social se referia, antes de tudo na reputação social, mesmo que o enriquecimento fosse também importante. Mobilidade social pode ser entendida como a mudança de condição jurídica, não resumindo apenas à esfera econômica, “a consideração social é fator crucial para

¹⁰ Em alguns casos que memorialistas confirmam a presença ostensiva de mulheres, os documentos só citam o nome de homens, como no caso da luta armada denominada Meletes e Peduros no tratado de paz não aparece nome de nenhuma das senhoras que mediarão a paz, ou mesmo na construção da Santa casa de Misericórdia.

¹¹ Sobre estas, ler a dissertação de mestrado de Angelita Cunha da Silva Sousa que tem como título *A Rua do Maga-Sapo: cotidiano e representações da prostituição em Vitória da Conquista*. Disponível no Museu Regional de Vitória da Conquista. UESB.



definir o lugar social”. Neste sentido, Furtado (2003) demonstra que nem sempre, o enriquecimento apagava as “sombras” do passado escravo, sendo o nome familiar um elemento de distinção e elevação social.

Como exemplo, trazemos à luz a trajetória do Capitão Manoel de Oliveira Barroso, dono do Engenho Aratu, localizado na Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, no Recôncavo Baiano. Diferentemente de outros homens da elite baiana, o Capitão Barroso, permaneceu solteiro deixando como herdeiros uma filha branca e três filhos pardos tidos com uma escrava jeje chamada Luzia que foram libertos e perfilhados através de Carta Régia. Os filhos do Capitão Barroso apagaram facilmente tanto a cor da pele quanto o passado escravo: os filhos de Luzia, identificados como pardos no testamento do Capitão Barroso, aparecem em outros documentos sem qualquer referência de cor. No testamento de Sutério, o filho mais velho do casal, a mãe deixou de ser uma ex-escrava jeje, para se tornar apenas Luzia Gomes de Azevedo (Alves, 2010).

Foi com o nome de Francisca da Silva Oliveira - sobrenome do desembargador João Fernandes de Oliveira, homem com quem concebeu treze filhos e permaneceu ligada até a sua morte que Chica da Silva foi identificada no registro de batismo da sua primeira filha, “sugerindo um pacto informal entre os consortes, já que não seria adequado legalizar a relação” (FURTADO, 2003, p. 57).

Outro caso de mudança de nome caracterizando uma forma de elevação social aconteceu com a negra Rosa, como conta Luiz Mott (2005). Rosa era uma negrinha nascida na Costa de Mina que desembarcou no Rio de Janeiro em 1725. Foi comprada por um Senhor que a estuprou, depois de muito a maltratar enviou-a para a capitania de Minas Gerais onde foi comprada por dona Ana Garcês de Moraes e foi viver na Freguesia do Infeccionado. Dos 14 aos 29 anos viveu como meretriz e ao completar 30 anos foi atacada por uma enfermidade, resolvendo deixar de ser “mulher da vida”, vendendo todos os seus poucos bens e adotando a vida de beata. Depois de convertida e de passar por uma experiência mística com visões espirituais, assumiu o nome de Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz.

Percebe que, na tentativa de construir uma nova identidade, era comum, mulheres forras adotarem um nome diferente objetivando afastar definitivamente a sua origem e revelando a sua inserção na sociedade. Ao trocar o nome e assumir outra identidade era para essas mulheres negras, mestiças, livres ou libertas uma forma de



tornarem “senhoras dos seus próprios destinos”. Em se tratando do sobrenome, era comum no Brasil colonial pais de filhos ilegítimos e mestiços, quando do reconhecimento de paternidade, usarem apenas o sobrenome paterno como estratégia para mascarar a origem negra, apagando um possível laço com a escravidão. Foi assim no caso de “Fulô do Panela” e de seus irmãos, que foram reconhecidos com o sobrenome “Oliveira Freitas”, nome que indicava a ascendência branca.

“Fulô do Panela” era fruto de uma relação familiar fora dos padrões estabelecidos pela Igreja ou pelo Estado¹², contudo fora criada pelo pai, João de Oliveira Freitas, homem que descendia de uma família muito religiosa e devota aos santos católicos, o que provavelmente fez de Fulô uma mulher cristã, participante das atividades da Igreja católica.

Neto de João Gonçalves da Costa¹³, João de Oliveira Freitas era um homem de posses¹⁴, considerado um “homem bom”¹⁵ naquela sociedade, exercendo os cargos de Juiz Municipal e Delegado de polícia em 1847 (IVO, 2004). João fora casado com Maria Clemência do Amor Divino, quem por volta de 1854, o abandonou para seguir amasiada como vigário Bernardino Correia de Melo, que por ter-se envolvido com a tal senhora, fora transferido pelo arcebispo da Bahia para a cidade de Valença, no recôncavo baiano¹⁶.

João e Maria Clemência divorciaram perpetuamente com separação de bens por sentença do Tribunal da Relação Metropolitana¹⁷. Segundo Viana (1982), após o episódio do divórcio João passou a viver com a preta forra Maria Bernarda. Conta os descendentes de Fulô que quando Maria Clemência fugiu, deixou o seu filho caçula, Joaquim de Oliveira Freitas Primo, ainda recém nascido, enrolado em uma rede. Desesperado, João foi até o alojamento dos escravos e trouxe Maria Bernarda, uma

¹²O Concílio de Trento – Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e as Ordenações Filipinas

¹³Maiores referências sobre João Gonçalves da Costa e a conquista do Sertão da Ressaca pode ser encontrada em: “A Conquista do Sertão da Ressaca”, de Maria Aparecida Silva de Souza eem “Homens de Caminho: Trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa” de Isnara Pereira Ivo.

¹⁴ Ver nota36.

¹⁵As Ordenações Filipinas se referem, de maneira genérica, aos representantes da Câmara como “homens bons” que costumam andar no regimento. Qualificação reconhecida e confirmada pelo poder régio, na medida em que os classificava como “cidadãos, ou pessoas da governança e membros do quadro dos principais.” (SOUSA, A.P., 1996, p.41)

¹⁶Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista - APMVC, Ata da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, 1853, disponível no Livro de Atas 1850.

¹⁷Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista, Bahia - AFJM, 1ª Vara Cível, Caixa Diversos. 1866. Testamento de João de Oliveira Freitas



negra que havia parido há pouco tempo, para ser ama de leite do seu filho. (Informação verbal)¹⁸

Maria Bernarda passou a viver na casa principal da fazenda sendo “empregada de cama e mesa”, vindo a “servir” aos desejos de João, tendo com ele sete filhos que viveram na “casa grande” junto com os filhos de João e Maria Clemência. Provavelmente para João, os filhos de Maria Bernarda estavam em igual condição à dos seus filhos legítimos, tanto que ele os reconheceu legalmente e em testamento partilhou os seus bens em igualdade para todos os filhos. Registrou na justiça um “Processo de insimação a doação intervivos”¹⁹, com testemunho de seus vizinhos Manoel Rodrigues de Oliveira Barbosa, Raimundo Ferreira de Alcântara e Thomaz de Aquino Lemos que atestaram a espontaneidade de tal ato.

Fulô do Panela recebeu de seu pai o quinhão que contava com a escrava Martinha, crioula com dois anos de idade, vinte cabeças de gado, vinte mil réis, cinco éguas e vinte e cinco mil réis em terras e casa na fazenda Sanharó. Depois da morte de João de Oliveira Freitas, momento em que seu testamento foi cumprido, os filhos mais velhos ficaram com a guarda tornando padrinhos das crianças de Maria Bernarda.

Contam os cronistas²⁰ que ainda jovem, Fulô casou-se com Lázaro Viana, comerciante e pecuarista do Panela com quem teve três filhos: Paulino, Raquel e Lídio Viana de Oliveira. Separada do marido mudou-se para a Cidade da Conquista. Não foi localizada a documentação que confirma essa relação conjugal: foi um casamento legal ou um concubinato? Qual o motivo da separação de Eufrosina e Lázaro Viana? Se casada, ficou viúva? Esta questão ainda deixa dúvida visto que Eufrosina casou-se legalmente em 1914 com Alfredo Trindade.

No Brasil, até 1917 as questões legais referentes ao casamento estavam dispostas nas “Ordenações Filipinas”²¹, contudo, em uma sociedade onde a maioria professa a fé católica, a Igreja era quem ditava a conduta, visto que o casamento era, antes de tudo um sacramento de acordo com as condições impostas no Concílio de Trento que invalidava, nos seus efeitos, os casamentos não celebrados pela Igreja.

¹⁸ Depoimento da Sra. Erdice Piau. Entrevista feita em 17 de dezembro de 2013.

¹⁹ *Processo de insimeação a doação intervivos feito pelo capitão João de Oliveira Freitas*, 1871. Caixa Diversos 1871, AFJM/BA.

²⁰ Viana (1982); Orrico (1982); confirmado no depoimento de D. Edirce Piau.

²¹ Código português que serviu de base legal para a formação do Estado brasileiro, vigindo por mais de um século após a independência. A parte civil das Ordenações Filipinas só forma substituídas em 1917 (MATTOSO, 1992. P. 130)



Com seus três filhos, “Fulô do Panela” residia na Cidade da Conquista. Sem compromissos conjugais, Fulô viveu com um comerciante Italiano de nome Francisco Pascoal, tendo com este um filho por nome Noé. Conta o cronista Viana (1982) que Francisco Pascoal desejava retornar à Europa e levar o filho consigo. Como a paternidade da criança ainda não havia sido reconhecida, Eufrosina conseguiu que seu amigo, Eusébio de Moraes, registrasse a criança como filho, vindo a se chamar Noé Moraes de Oliveira²².

Tornou-se um símbolo de sensualidade e musa para os poetas nos botequins. Ela tinha a tez moreno-escuro, traços faciais delicados, lábios desenhados e nariz fino. Segundo Orrico (1982), mesmo com os cabelos carapinhos, exalava sensualidade, acalorando os corações dos homens da cidade. O estigma de beleza atribuído a “Fulô do Panela” “cantado” em versos e prosa na época, construiu na memória conquistense uma imagem da mulher sensual e desejada.

Desejada por muitos, como relata o cronista Orrico, “Fulô do Panela” cedeu aos encantos do seu primo José Fernandes de Oliveira, Coronel Gugé, o mais forte líder político no início da República. Com este, teve um filho: Agenor Freitas Oliveira. O Coronel Gugé fora casado com Izabel de Oliveira Freitas, filha legítima de João de Oliveira Freitas, portanto meio-irmã de Fulô. Nesta época Eufrosina ainda era adolescente.

Depois da morte de Izabel, Gugé casou-se com Joana Angélica dos Santos Silva. Pelos relatos memorialistas, foi durante o segundo casamento que Gugé estreitou relações com Fulô vindo a ter com ela o filho que tinha em sua casa uma excelente recepção, tratado docilmente, sobretudo, com a atenção especial da esposa do Coronel, Dona Janoca, como era conhecida Joana Angélica. Segundo a historiadora Eny Samara (2004), eram comuns tramas de relações familiares complexas desenvolvidas fora do âmbito familiar onde filhos ilegítimos eram gerados, havendo uma tolerância ao problema, possibilitando uma adequação desses indivíduos à ordem econômica e social.

²² Entrevista colhida por Viana de Guiomar Oliveira Piau, neta de Eufrosina: “ Da união de minha avó Fulô com um italiano Francisco Pascoal nasceu meu pai Noé. O Italiano tomando deliberação de retornar à Itália, queria levá-lo, ainda menino, o que não concordou minha avó, e então para que isso não acontecesse, combinou com o professor Eusébio de Moraes, solteiro, para registrá-lo (...) vindo desta forma o nome de meu pai Noé Moraes de Oliveira.” (VIANA, Op.cit. 400)



Em 1914 “Fulô do Panela” casou-se, desta vez com o português Alfredo da Trindade e passou a se chamar Eufrosina Maria de Oliveira Freitas Trindade²³. O casamento foi realizado no Largo da Palma na Cidade da Bahia²⁴ – Capital do Estado. Segundo Edirce Piau: “Alfredo Trindade era sovina, diferente de mãe Fulô. Fazia questão de um pedaço de carne, enquanto “Mãe Fulô” era caridosa. Então ela precisava fazer comida escondido dele para dar aos necessitados que acolhia em sua casa.” (Informação verbal)²⁵. O fato é que em 1922 Fulô e Alfredo se separaram desta vez em desquite amigável, repartindo todos os bens do casal.

Fulô estava em sua Fazenda do Choça, quando foi intimada a comparecer ao Cartório do Primeiro Ofício dos Feitos Cíveis, em Conquista para a leitura da sentença de desquite amigável que havia requerido em acordo com Alfredo Trindade alguns meses antes. Os bens declarados em comunhão das partes totalizavam o montante de oito contos e seiscentos mil réis e constava de duas casas na Rua Monsenhor Olímpio, uma casa de comércio na Praça Nove de Novembro, um sítio na Mata de São Paulo no Município de Conquista, um sítio na Fazenda da Choça e mais dois contos de réis em dinheiro. Na partilha, Alfredo Trindade acreditou não ser necessária a divisão dos bens imóveis e que ficaria com os dois contos de réis em moeda corrente, o que foi aceito por Fulô.²⁶ Essa prerrogativa pode indicar que os bens realmente pertenciam a Fulô mesmo antes do casamento com Alfredo.

Eufrosina faleceu em outubro de 1935 deixando como herdeiros diretos os seus dois filhos mais novos Noé Moraes de Oliveira e Agenor Freitas e o seu neto José Viana de Oliveira, filho de Paulino Viana de Oliveira, já falecido. Noé, designado como inventariante, comprou o direito de herança dos demais herdeiros pelo valor de duzentos mil réis. Os bens declarados no inventário foram: Uma parte de terras na fazenda Gameleira no valor de dez mil réis, uma parte na fazenda Gameleira no valor de quinze mil réis, uma parte de terras na fazenda Conceição avaliada em dezessete mil réis, uma casa na Rua Monsenhor Olímpio em Vitória da Conquista no valor de dois contos de réis e alguns móveis velhos. O valor do inventário total montava e dois contos e duzentos e dez mil reis.²⁷

²³ Certidão de casamento de Eufrosina Maria de Oliveira Freitas e Alfredo Trindade. Caixa Diversos 1925-1926, AFJM/BA.

²⁴ Atual cidade de Salvador

²⁵ Depoimento de Edirce Piau colhido em 17.12.13

²⁶ Processo de Apelação Civil de Desquite Amigável nº 2911. Caixa Diversos 1925-1926, AFJM/BA.

²⁷ Inventário de Eufrosina Maria de Oliveira Freitas. AFJM. Caixa Inventário 1936-1937.



Foram quase catorze anos entre a partilha dos bens de Fulô com Alfredo Trindade em 1922 e o seu inventário em 1936. Observa uma grande divergência tanto dos valores avaliados, como dos próprios bens imóveis. A documentação encontrada até a presente pesquisa não confirma se houve espoliação dos bens de Fulô do Panela, se houve alguma doação relevante neste período, ou mesmo se houve divergência na avaliação, contudo é interessante ressaltar a dinâmica dos bens acumulados por Fulô desde a herança recebida do seu pai.

Importa nesse trabalho as redes de relações formadas em torno de Fulô do Panela, tecidas com os fios da herança, do matrimônio, da religiosidade, teias de significados que estruturaram a cultura conquistense e enovelaram os seus agentes. (GEERTZ, 2008). São as redes de relações objetivas de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo entre posições que formam o campo do poder, espaço social caracterizado por posições diferentes entre os sujeitos sociais, evidenciadas nos diferentes tipos de recursos, de poder, de oportunidades e que provocam o distanciamento social entre as posições ocupadas pelos agentes. (Bourdieu, 1996).

Ao estudar a mulher negra na Bahia no século XIX, Cecília Moraes Soares (2007, p.17) afirma que “a mulher é descrita a partir da idealização do papel feminino no século XIX e, particularmente a negra, de acordo com a categoria social que condiciona seu lugar na sociedade.” Isto porque muitos estudos sobre a escravidão e especialmente a rara documentação sobre a negra é produto da mentalidade de homens em uma sociedade patriarcal e escravista. Para apresentar Fulô do Panela no espaço de poder conquistense do século XIX libertando-a do estigma de cor/sexo, impele a busca nas entrelinhas do que a torna singular entre as mulheres negras no período, buscando pulverizar o estereótipo construído na história e no senso comum.

Diante das relações percebidas na trajetória de Fulô do Panela, ser negra, ou mulata, como é reconhecida atualmente, não significava que ela se percebia nessa condição. Era rica e vivia na “casa grande” como filha do proprietário das terras. Foi dona de escravos que recebeu em herança do seu pai e acumulou fortuna durante sua vida. Identificar-se como negra não era conveniente no período em que o país passava por um processo de branqueamento, pelo contrário, a cor deveria ficar escondida e até nos documentos não aparecia mais. Entretanto, a qualidade de filha e herdeira, ou



mesmo o tratamento que recebia na casa não mudava a sua condição, nem a marca da sua cor.

No período em que Fulô nasceu (1859), a sociedade brasileira passava por transformações em direção à abolição da instituição escravista. Os projetos de lei em favor da emancipação estavam em discussão, contudo só em 1871, quando nossa protagonista tinha aproximadamente 12 anos de idade, é que foi aprovada a lei conhecida como “A Lei do Ventre Livre”. Esta questão nos faz hesitar ao afirmar a condição jurídica de sua mãe e até mesmo a da própria Fulô. Nenhum documento, ou mesmo algum evento memorialista sugere que nossa personagem teria sido escrava e alforriada ao nascer, contudo, a sua tez escura não deixa dúvidas quanto a sua origem.

Evidente que nem todas as vivências reconhecidas na trajetória de Fulô do Panela denotavam atitudes pertinentes às mulheres brancas no período. Essa perspectiva revela o antagonismo que provoca a posição de Fulô do Panela no contexto: embora negra, Fulô ocupou posição dentro do campo de poder, lugar designado para homens e brancos, por outro lado, embora pertencente a elite dominante econômica e política daquela sociedade, revelou sua origem por meio de comportamentos que ora transgrediam o modelo exigido para as mulheres brancas, ora aumentava os seus laços de sociabilidade e relações.

A antropóloga Ruth Landes (2002) em sua obra “Cidade das Mulheres” apresenta tradições africanas que ela observou em sua pesquisa, principalmente nas negras baianas em Salvador nas primeiras décadas do século XX. Algumas delas podemos perceber nas entrelinhas da trajetória de Fulô do Panela e que estão relacionadas com a perspectiva de sua posição de destaque na história conquistense.

Por toda a África as mulheres eram consideradas, recebendo reconhecimento oficial como sacerdotisas, rainhas, médiuns, além do controle de propriedades, de hortas, de pomares, de mercados. Landes (2002) relata que no Daomé, jovens donzelas eram recrutadas ao lado dos homens para as fileiras do exército, constituindo a guarda feminina real. Elas eram treinadas tanto para as qualidades ditas masculinas, por exemplo, a ferocidade marcial, como nos papéis considerados femininos tipo enfermeiras. Eram intituladas esposas-guerreiras do rei.

Segundo a antropóloga, nas regiões sul-americanas as mulheres negras alcançaram reconhecimento do seu próprio povo, com o seu poder emanado da autoridade cultural. Conseguiram controlar mercados públicos, sociedades religiosas e



também as suas famílias, pouco dando importância ao casamento oficial. Pela simpatia, equilíbrio e capacidade de socializar-se é respeitada e mantém a consideração de todos, tanto homens como mulheres, enfim ganhou o apoio do seu povo e dos senhores.

A historiadora Mônica Pimenta Velloso (1990), ao apresentar a “Pequena África”²⁸ no Rio de Janeiro, no início do século XX, mostra como as mulheres negras baianas criaram o seu espaço e conseguiram firmar-se na “grande” cidade no período conhecido como *Belle Époque* juntando realidades diferentes: a “pequena África” e a “Europa Possível”. Eram conhecidas como *tias* essas baianas que construíram o seu espaço e lá acolhiam e davam proteção aos negros recém chegados da Bahia, dando o “apoio necessário para enfrentar a dura batalha da sobrevivência na cidade hostil.” (VELLOSO, 1990, p. 209).

Com o espírito de união e força, como ressalta Velloso, as mulheres negras baianas “incorporaram grande parte do poder informal construindo poderosas redes de sociabilidades”. Os diversos papéis exercidos pela mulher: cura com ervas medicinais, rezas para resolver diversos tipos de problemas, comandar e incentivar mutirões de trabalho, etc., além de lhe proporcionar a liderança, ampliava as perspectivas de participação social do grupo.

Muito embora de maneira informal, longe do Estado, as mulheres negras conseguiam indiretamente penetrar na esfera de poder formal. Todas as características singulares das mulheres africanas ou afro-brasileiras são encontradas no universo das mulheres das camadas populares, contudo são percebidas na conduta de Fulô do Panela embora esta possuísse o aporte econômico, político e social vindo do prestígio de sua família.

Na transição entre Império e República, as instâncias do poder público no Brasil estavam sob o comando dos proprietários de terras, ou seja, dos que tinham o poder econômico. Nas palavras da historiadora Isnara Ivo:

Em vez de promoverem a cidadania e o exercício das liberdades políticas, transformaram-se num aglomerado burocrático, apropriado pela elite encarregada de reproduzir um imaginário político com alicerces bastante definidos: dominação e subordinação. (IVO, 2004, p. 69-70)

Segundo Jurandir Costa (2004), o Estado tentou restringir o poder dos senhores rurais criando mecanismos formais e legais de controle político, contudo a família senhorial utilizou de instrumentos informais de reforço, manutenção e dilatação do seu

²⁸Refere-se ao espaço habitado por negros baianos no Rio de Janeiro (VELLOSO, 1990)



poder. Nesse contexto, os membros da elite proprietária na Cidade da Conquista ocuparam todas as funções legislativa, administrativa e judiciária como reflexos de seu universo econômico, político e social. Conforme expressa Ivo (2004), em 1840, quando a cidade ainda era a Imperial Vila da Vitória, uma das qualidades essenciais para fazer parte do primeiro corpo legislativo era ser proprietário de terras.

Nessa condição, o poder local estava representado por expoentes das famílias que habitavam o município desde o século XVIII e que estavam interligadas pelo mesmo tronco familiar. Eram eles os Gonçalves da Costa, Fernandes Oliveira e Oliveira Freitas, vindo a misturar-se com as famílias Ferraz de Araújo e Lopes Moitinho (IVO, 2004). Com o sobrenome “Oliveira Freitas”, Fulô do Panela encontrava-se desde o seu nascimento envolvida com o poder econômico e político da cidade. Seu pai era um homem de posses, um dos mais ricos da região, tendo exercido as funções de Juiz Municipal e Delegado de Polícia. Seu meio-irmão, Joaquim de Oliveira Freitas Primo, exerceu as funções de presidente do Conselho Municipal, Delegado de Polícia e Juiz Municipal. “Ocupar tais cargos no poder local significava projetar-se na hierarquia social e controlar as instituições ao exercer o poder na sua plenitude”. (IVO, 2004, p.72)

Segundo Emilia Viotti da Costa (1999), o Código do Processo Criminal, promulgado em 29 de novembro 1832 foi o instrumento maior de regulação da atividade policial durante toda a década de 1830, criando a Secretaria de Polícia da Corte que teve suas atividades marcadas pela grande importância dada às atividades desempenhadas pelos Juízes. Elegendo localmente os juízes, afastando a possibilidade de nomeação e direcionamento do governo central, garantia a estes homens uma tarefa respeitada dando-lhes poder de polícia e até mesmo função judicante em alguns casos.

O Código de Processos Criminal abriu um precedente importante no que se relaciona ao distanciamento entre as esferas locais e o poder central²⁹ no que se referia a gestão e execução do poder. Ao Juiz Municipal cabiam atribuições bem mais amplas podendo substituir o Juiz de direito em caso de impedimento ou faltas, podendo executar as sentenças, os mandados, ou tribunais e exercitar cumulativamente a jurisdição policial. Desta forma, a legislação garantia o acúmulo da função de juiz e delegado de polícia, incluindo assim a polícia na magistratura. (IVO, 2004)

Nesse contexto, embora sendo filha de uma mulher negra que vivia entre os escravos de seu pai, Fulô conviveu sob a égide do poder político e econômico,

²⁹ Poder central = poder do Estado, da União.



permeando caminhos que a levariam a uma posição privilegiada dentro do espaço social conquistense, uma posição que estava reservada para as mulheres da elite branca dominante. Maria Odila Dias (1995) argumenta que no processo de colonização, as mulheres brancas tiveram um “papel *sui generis* de liderança social”, inclusive como líderes políticas.

A historiadora Miridan Knox Falci (2008, p. 42, grifo nosso), ao estudar as mulheres do Piauí e Ceará no século XIX afirma que “o princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era *abafado* [...]. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era o ideal de mulher naquele sertão”. Nestes termos, Fulô pertencia à elite dominante subvertendo a sua condição de negra, mascarando a cor da própria pele escondida sob a situação econômica e política que o nome da sua família indicava.

No período em questão, não eram raras as mulheres que se envolviam em assuntos políticos embora por lei não pudessem exercer cargos públicos.³⁰ “Não exerciam pessoalmente cargos administrativos, mas como donas, proprietárias e herdeiras de cargos, intrometiam constantemente na administração pública” (DIAS, 1995, p. 108). Muito embora não tenha registro na documentação oficial de que Fulô do Panela participou de eventos públicos de cunho político, todos os relatos memorialista levam a crer que sua influência foi marcante na esfera política conquistense.

A participação de Fulô do Panela no desfecho do conflito armado entre *Meletes e Peduros*³¹ no início do ano de 1919 é outra vivência em que pode ser observada a sua posição de influência e poder informal. *Meletes e Peduros* eram como se denominavam as duas facções políticas que disputavam a representatividade política desde o início da república. Conforme relata Viana (1982), em meio ao conflito armado, sabedora da morte do fazendeiro Teotônio Andrade e também que seu sobrinho Tibúrcio Freitas estava ferido de morte, Fulô do Panela conseguiu com alguns dos líderes dos *Peduros* a parar com o tiroteio e seguiu para a Rua das Flores de onde levou para sua casa na Rua

³⁰O exercício do direito da mulher de votar e ser votada foi adquirido por meio do Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932, com algumas ressalvas que foram eliminadas no Código de 1934. Segundo a socióloga Núbia Regina Moreira (2011), a luta das mulheres pela conquista dos direitos políticos tomou corpo na década de 20 com as reivindicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino liderada pela bióloga Bertha Lutz.

³¹ Sobre o conflito Meletes e Peduros ler: SOUZA, Belarmino de Jesus. Uma Leitura da Vida Política em Conquista na primeira república. In: Política: O Poder em Disputa Vitória da Conquista e Região – Memória Conquistense Museu Regional. Vitória da Conquista: Edições UESB, 1999



Monsenhor Olímpio o seu sobrinho Tiburcio para cuidar dos ferimentos e para o cemitério, o corpo de Teotônio para ser enterrado.

Conta Orrico, que o grupo rival foi à casa de D. Fulô com a finalidade de eliminar Tibúrcio, mas não esperava que a senhora reagisse daquela forma: Eufrosina ficou à porta e mandou avançar aquele que não tivesse medo de morrer. Sem reação, os inimigos foram embora. A luta teria continuado não fosse a interferência das senhoras da cidade, que com os conselhos e atitudes desmontaram as trincheiras da batalha. Dentre elas estava Fulô do Painela. Ao fim do conflito, foi assinado um documento entre as facções onde os integrantes se comprometiam a manter a paz da cidade. O documento, contudo, silencia os nomes das mulheres que estiveram manifestadamente em oposição ao conflito.

A trajetória de Fulô do Painela, no que se refere a condução dos seus filhos, demonstra o seu interesse social e político, revelando a sua obstinação em manter a sua família no campo de poder da Cidade da Conquista. O seu filho mais velho, Paulino Viana de Oliveira, não fugiu aos interesses familiares participando de atividades e serviços, destacando em vários momentos importantes do poder público.

As atas do Conselho Municipal no período entre 1908 a 1911 comprovam a sua presença constante em importantes decisões do Município como conselheiro, sendo em 1911 eleito para a comissão permanente de Viação Higiene e Obras públicas. Nota-se que era o período em que a Cidade da Conquista buscava estruturar-se para acompanhar o desenvolvimento urbano projetado pela modernização do início do século XX. Assim, fazer parte das decisões relativas à higiene e obras públicas era estar no centro dos acontecimentos políticos e sociais.³²

Dos cinco filhos³³ de Fulô do Painela, três participaram da administração pública diretamente nas funções de juiz de paz, delegado de polícia e conselheiro municipal³⁴, bem como tocavam na Filarmônica Vitória, inclusive sendo Paulino Viana de Oliveira, seu filho mais velho, o fundador e regente da banda. (Viana, 1982; Nogueira, 1988).

O cronista conquistense Israel Araújo Orrico (1982), relata que “juntamente com seu filho Paulino Viana de Oliveira, o padre Olímpio e outras pessoas da cidade, Eufrozina criou a Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paula em 1914.” Ao

³²APMVC. Livro de Atas da Secção Municipal 1910 – 1912

³³Paulino, Lydio, Raquel Viana de Oliveira, Noe Moraes de Oliveira e Agenor Freitas Oliveira. Vale ressaltar que dois filhos do seu casamento com Lázaro Viana, Lydio e Raquel, faleceram ainda jovens.

³⁴ APMVC. Livro de Atas da Secção Municipal 1910 – 1912.



pesquisar sobre a criação da Santa Casa de Misericórdia, a historiadora Cleide de Lima Chaves (2011) revela que Paulino Viana de Oliveira foi contratado pelo vigário Manoel Olympio Pereira, seu compadre, para iniciar os trabalhos de construção do “Hospitalzinho” que pretendia fundar na Cidade.

Observa-se a presença destacada de Paulino Viana de Oliveira nos atos constitutivos do Hospital e da Santa Casa de Misericórdia, o que revela indiretamente a participação de Fulô do Panela cujo nome não aparece na documentação contudo é reconhecida na memória e na bibliografia memorialista da cidade. Como ressalta Chaves, os documentos silenciam a participação das mulheres nas primeiras atas da Irmandade, entretanto algumas mulheres da elite conquistense estiveram acolhendo em suas próprias casas pobres enfermos que necessitavam de cuidados médicos, o que pode indicar que elas estiveram auxiliando na construção do hospital. Chaves ainda acrescenta que: “No caso da Santa Casa de Conquista, festas e quermesses também foram realizadas para angariar fundos para o término das obras do hospital com a presença das mulheres conquistenses assumindo este papel de benfeitoras da sociedade.” (CHAVES, 2011, p. 97)

Outro fato importante sobre a disponibilidade de Fulô do Panela em cuidar dos enfermos é relatado por Itamar Pereira Aguiar (2007). No final do ano de 1919 um surto de varíola atacou muitas pessoas em Conquista e região com um número muito grande de mortos. A Santa Casa não comportava a quantidade de pessoas e foi necessário a improvisação de isolamentos e outro cemitério na periferia da cidade. Nesta época o Coronel Chicão - Francisco Soares de Andrade - criou o “Comitê de Caridade” composto de homens e mulheres da “alta sociedade” com o objetivo de socorrer os pobres, vítimas da doença com alimentos e remédios. Entre os nomes dos “figurões” participantes do comitê estavam as senhoras Argemira Prates Rocha e Euflosina de Oliveira Freitas.

A presença da “Mãe Fulô” (como é chamada até os dias atuais pelos seus descendentes) no espaço público não foi caracterizada apenas por seu “sentimento” de caridade, mas também pela firmeza em defender os ideais em que acreditava: em 1905, quando Tertuliano Gusmão resolveu instalar a sede da Primeira Igreja Batista, que já funcionava na Fazenda Felícia, para uma casa localizada na antiga Rua da Várzea, houve uma reação conflituosa de um grupo de católicos liderados por Fulô do Panela.



Segundo Orrico (1982), Fulô, “católica fervorosa e criatura de ação”, teria afirmado para o pastor da Igreja que não o deixaria fundá-la. Por esta afirmação acreditou-se que ela teria autorizado pessoas a picharem durante a noite as portas das casas dos batistas com uma cruz em cor preta. Nogueira (1998, p. 88) narra que Fulô do Panela havia mandado um recado aos crentes que, não realizasse reunião, pois ela com os seus jagunços iria dissolvê-la. “Diziam os adversários que os crentes estavam armados para impedir a entrada de D. Fulô do Panela”.

O conflito entre protestantes e católicos havia começado quando um fiel católico pediu a Tertuliano Gusmão, o fundador da Primeira Igreja Batista na cidade, para fazer o velório de um parente em sua casa. Tertuliano concordou, mas na hora do velório retirou todos os símbolos católicos – crucifixo, imagens, velas, etc. - da sala onde estava o defunto. Esse fato provocou o primeiro desentendimento. Não ficando por ai, num fim de tarde de 1895, um grupo de protestantes, sob o comando de Tertuliano, destruíram imagens de santos e outros símbolos católicos que pertenciam aos mesmos, quebrando, rasgando e queimando na rua, provocando um grande conflito, ficando este fato conhecido como “A noite de São Bartolomeu”. (AGUIAR, 2007)

Episódios, como queima de bíblias e literaturas evangélicas em praça pública, provocaram muita confusão na cidade. Os desentendimentos entre católicos e protestantes tornou-se um caso para as autoridades resolverem. Desta forma os conflitos só foram amenizados quando Tertuliano da Silva Gusmão e o Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, grande líder político na época, fizeram um acordo entre cavalheiros.

Embora Fulô do Panela fosse declaradamente “católica fervorosa”, segundo Aguiar (2007, p. 146), ela “mantinha contato com alguma casa ou líder dessas tradições religiosas (afro-indígenas), a quem recorria em momentos difíceis”, atitude que teria inspirado o artigo da lei municipal criminalizando a prática dos rituais afro-indígena. Segundo a historiadora Laura de Melo Souza (2009), a religiosidade popular, praticada no Brasil desde a colônia era um misto de traços católicos, negros, indígenas e judaicos tecendo uma religião sincrética, manifestadamente mestiça.

Pode-se considerar que no Brasil, o sincretismo afro-católico foi permitido pela camada dominante no primeiro momento de colonização como meio de controle social e ideológico. Neste sentido aos poucos se introduziu o culto aos santos negros e as virgens negras fundindo com os ritos e mitos das religiões africanas primitivas: “nas estruturas sociais que lhes foram impostas, os negros, através da religião, procuravam



nichos em que pudessem desenvolver integralmente suas manifestações religiosas” (SOUZA, 2009, p. 120)

Aqui tolerou-se e se incentivou o sincretismo quando necessário, mantendo-o nos limites do possível. [...] toda a multiplicidade de tradições pagãs, africanas, indígenas, católicas, não podem ser compreendidas como remanescente, como sobrevivência: era vivida, inserida, neste sentido, no cotidiano das populações. Era, portanto, vivência. É nessa tensão entre o múltiplo e o uno, entre o transitório e o vivido que deve ser compreendida a religiosidade popular da colônia e inscrito o seu sincretismo. (SOUZA, 2009, p. 134 - 135)

A sugestão posta por Aguiar parece ser fundamentada no fato de que Fulô era filha da preta ex-escrava Maria Bernarda, embora não se tenha conhecimento como era a relação entre as duas. Segundo a informação de D. Edirce Piau, Maria Bernarda era “apenas” uma negra que vivia como empregada da casa, o que não invalida a sua influência cultural sobre Fulô. A função de parteira, por exemplo, faculta a hipótese de que Fulô utilizava de ervas medicinais no cuidado com as parturientes, revelando a preservação de valores culturais afro-brasileiros, prática provavelmente herdada da sua mãe.

Em Tocantins, no Estado do Pará e no Norte da Amazônia, segundo a historiadora Benedita Pinto (2012), as parteiras assim como as curandeiras e benzedeadas eram tratadas com muita deferência, muito mais pela transmissão e preservação de valores culturais das formas alternativas de cura com o uso de ervas medicinal, do que pelo próprio exercício da função.

Herdeiras de uma tradição cultural que vem de longe, seus saberes, poderes e experiências se alternam e dialogam entre si. Suas práticas de partejar, benzer e curar, ao serem transmitidas por intermédio da oralidade, vão sendo desenvolvidas, ressignificadas, reinventadas e renovadas. (Pinto, 2012, p. 207)

Segundo a historiadora Maria Lúcia Mott (2001) no final do século XIX início do XX, as consultas ginecológicas e os partos eram realizados pelas parteiras, sobretudo no domicílio das parturientes. Nas principais cidades do Brasil, existiam parteiras que atendiam em sua própria casa tendo um quarto separado para tanto. Com o desenvolvimento desse tipo de atendimento alguns estabelecimentos ficaram conhecidos como “casas de maternidade”. Embora esses serviços de socorro às mulheres fossem importantes, os estabelecimentos foram proibidos de funcionar sob denuncia de serem locais onde as prostitutas davam a luz e as parteiras podiam fazer abortos.



No Brasil neste período, a Inspetoria Geral de Higiene era o órgão responsável para fiscalizar o exercício das funções profissionais na área médica, incluído a de parteira. Em São Paulo, só era permitido o exercício às parteiras que apresentassem diploma conferido por uma das duas faculdades de medicina – Bahia e Rio de Janeiro. Vários foram os decretos que regulamentavam, permitiam ou proibiam o exercício de tal função. Uma grande parcela da sociedade Paulista via como necessários os serviços das parteiras, de tal modo que em 1902 foi criado o curso para parteiras na Escola Livre de Farmácia que foi extinto em 1911, formando em todo o período 17 parteiras.

O fato é que as parteiras continuaram a exercer a profissão com o apoio das parturientes, dos médicos e até mesmo da justiça, contudo, segundo Mott, a literatura médica do período fazia críticas veementes às parteiras leigas. O alvo da crítica recaía, sobretudo, as brasileiras de origem africana. A maioria das parteiras era procedente das camadas pobres, muitas delas negras e mulatas. Em razão de sua forma de lidar com a doença e a cura, eram tratadas na literatura como ignorantes e supersticiosas. (MOTT, 2001).

Vislumbra mais uma situação singular na trajetória de Fulô do Panela. Embora fosse uma mulher de posses destacando-se entre as mulheres da elite econômica e política conquistense, servia como parteira sendo uma das mais requisitada na região, nada cobrando pelos seus serviços, mostrando que a mudança social não desconsiderava os ensinamentos e práticas inerentes à sua origem. Chegou a fazer cinco partos em um só dia, com a capacidade de programá-los com antecedência.

Conta sua bisneta que muitas vezes era chamada para acompanhar mulheres após o parto feito pelo médico da cidade: “Certa vez, mãe Fulô foi chamada para atender uma mulher que passava muito mal após ter dado a luz acompanhada pelo médico. Ao examinar a parida, reconheceu que havia uma segunda criança no ventre da senhora. Fez o segundo parto conseguindo salvar a vida da mãe, mas o filho já estava morto”³⁵.

Percebe-se que tais experiências do dia-a-dia era o canal de sociabilidade que proporcionou a Fulô do Panela relações baseadas na afetividade, na proximidade, e na confiança. Relações que, possivelmente fizeram Fulô reconhecida nas diversas camadas da sociedade. Trazer pessoas ao mundo por meio do parto é, certamente, uma

³⁵ Depoimento de D. Edirce Piau em dezembro de 2013



demonstração de solidariedade que ampliava os seus laços de parentesco³⁶ e ao mesmo tempo expressava o poder informal que gradativamente consolidou a sua posição no espaço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso social de Eufrosina Maria de Oliveira Freitas apresenta como as relações construídas nos diversos espaços sociais possibilitaram a inserção e mobilidade de uma mulher negra dentro do campo de poder de uma sociedade patriarcal e escravista, no momento histórico em que as diferenças entre negros escravos e brancos livres começavam a ser desconstruídas pelo processo abolicionista passando à percepção de uma diferenciação social calcada na cor da pele.

A sua trajetória revela a importância dos habitus familiares e individuais na formação dos lugares e posição que o sujeito ocupa dentro da sociedade. Em primeiro lugar é percebido que as relações de parentesco, ou seja, a descendência simbólica, era utilizada como estratégia de apagamento da origem étnico racial pela elite da época. O nome apagava a cor. Desta forma, Fulô do Panela trazia um trunfo que permitiu e facilitou a sua inserção naquela sociedade.

Além do capital cultural recorrente da trajetória familiar de Fulô, o seu capital individualizado que seria os aspectos da sua personalidade relacionados com os valores sociais que a distinguiu dos demais sujeitos naquela sociedade possibilitaram a sua ascensão, abrindo o espaço que a fez reconhecida socialmente. É perceptível no seu comportamento a preservação de valores culturais das mulheres africanas tais como a liderança feminina, o tino para o comércio, a capacidade de socializar-se, a profissão de parteira, a hospitalidade, a religiosidade. Essas características ampliaram a rede de relações permitindo a Fulô do Panela o reconhecimento social nas diversas camadas da sociedade.

O estudo da trajetória de Fulô Roxa do Panela contribui para a interpretação dos significados dos lugares sociais ocupado pela mulher negra desde os finais do século

³⁶ Na ordem burguesa costuma-se fazer certa distinção entre família propriamente dita e parentesco. [...]. Predomina a visão institucional que delimita a família nuclear e a família mais extensa em função dos laços consanguíneos. Já nas camadas populares nem sempre isso ocorre. [...]. O parentesco está de tal forma colado à idéia de solidariedade que, muitas vezes, os termos acabam tendo o mesmo significado. Assim, o parentesco pode ou não passar por laços consanguíneos. Uma coisa é certa: a maior parte dos ditos parentes o são por laços de afetividade e vivência. (VELOSO, 1990, p.213)



XIX, bem como possibilita compreender as relações de poder, de dominação e superação das hierarquias de classe/gênero/raça constituídas no espaço público da sociedade conquistense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Itamar Pereira. *Do Púlpito ao Baquiço: religião e laços familiares na trama da ocupação do Sertão da Ressaca*. 2007. 327p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima: O caso de Luzia Jeje*. 2010. 246 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ASSIS, Machado, Mariana. In: *Obra Completa* vol. II, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br>> acesso em 24.jan.14

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAVES, Cleide Lima. A assistência à saúde no Sertão Baiano: as origens da Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista. In: CHAVES, Cleide Lima (org.) *História da saúde das doenças no interior da Bahia: século XIX e XX*. Vitória da Conquista: UESB, 2013.

COSTA, Jurandir Ferreira. *Ordem médica e ordem familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, EmiliaViotti da. *Da monarquia à República: Momentos decisivos*. 6ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

DAVIS, Natalie Zemon. *Cultura dos Povos: sociedade e cultura no início da França moderna*. São Paulo: Paz e Terra. 2001. 2ª Ed.

DIAS, M. O. L. S. *Quotidiano e Poder*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: Mary Del Priore (org.). (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 1a.ed.S. Paulo: Contexto - UNESP, 2008. p. 241-277.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais, século XVIII*. Rio de Janeiro. José Olympio Editora, 1999. 2ª edição.



FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 51ª Ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2006.

FURTADO, J. F. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUEDES, R. Ocupação e mobilidade social (Porto Feliz, século XIX). In: BOTELHO, Tarcísio R., LEEUWEN, Marco H. D. van. (Org.). *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, v. 1, p. 137-182.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra O Santo Lenho*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

_____. *Homens de Caminho: Trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa – Século XVIII*. Belo Horizonte: Anablume, 2011.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. *Bahia Século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A, 1992. 2ª edição.

MOTT, Luiz. Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil colonial. *Cadernos IHU Idéias*, Ano 3, n. 38. São Leopoldo: UNISINOS, 2005, p.1-9.

MOTT, Maria Lúcia. Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo (1880-1920). *Rev Esc Enf USP*, v.35, n, 1, p. 46-53, mar. 2001

NOGUEIRA. Ulisses do Prado. *Caminho para uma terra*. Vitória da Conquista: s/Ed., 1998.

ORRICO, Izaac A. *Mulheres que fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista: Bahia Artes Gráficas, 1982.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Gênero e Etnicidade: histórias e memórias de parteiras e curandeiras no norte da Amazônia. *Revista Gênero na Amazônia*, v. 2, p. 201-224, 2012.

QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In:_____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1976.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.



SILVA, Kalina Vanderlei. Elite de cor. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 6 nº 66. P.40-43, mar., 2011.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife/Salvador: EDUFPE/EDUFBA, 2011.

SOARES, Cecília C. Moreira. *Mulher Negra na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUNEB, 2006.

SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local e cotidiano: a câmara de Salvador no século XVIII*. Salvador, BA, 1996. 221 f. Dissertação (Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Federal da Bahia, UFBA.

SOUZA, Belarmino de Jesus. Uma Leitura da Vida Política em Conquista na primeira república. In: _____ Política: *O Poder em Disputa Vitória da Conquista e Região – Memória Conquistense Museu Regional*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 1999.

SOUZA, Laura de Melo e. *O Diabo na Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras. 2009. 2ª Ed.

SOUZA, Maria Aparecida Silva de. *A Conquista do Sertão da ressaca*. Vitória da Conquista: Edições UESB. 2001. P.147.

VIANA, Anibal Lopes. *Revista Histórica de Vitória da Conquista*, Vol. I. Vitória da Conquista: s.ed., 1982.

VELLOSO, Mônica. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos* v. 3, n. 6. Rio de Janeiro, 1990. p.207 - 228. Disponível em: <http://www.academiadosamba.com.br/cesso> em 20.12.2013

WIED-NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2. Série; v.156).

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista (AFJM)

1ª Vara Cível – Caixa Diversos 1866 - 1872

- Testamento de João de Oliveira Freitas.
- Inventário e partilha de João de Oliveira Freitas.
- Formal de Partilha do casal Maria Clemência do Amor Divino e João de Oliveira Freitas.
- Processo de insinuação a doação intervivos feito pelo capitão João de Oliveira Freitas.
- Inventário de Maria Clemência do Amor Divino. Caixa Diversos.1868
- Processo de Termo de bem viver movido por Roza Sylvania D'oliveira – contra Maria Bernarda

1ª Vara Cível - Caixa Diversos 1925-1926



- Certidão de casamento de Eufrosina Maria de Oliveira Freitas e Alfredo Trindade.
- Processo de Apelação Civil de Desquite Amigável nº 2911

1ª Vara Cível - Caixa Inventário 1936-1937.

- Inventário de Eufrosina Maria de Oliveira Freitas. AFJM.

1ª Vara Cível - Livro do Tabelionato de Notas, nº 02

- Escritura de desistência e perdão – pg.179 e verso

Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista (APMVC)

- Ata da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, 1853. Livro de Atas 1850.
- Atas da Secção Municipal 1910 – 1912. Livro s/ref.
- Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal. 1893-1931. Livro 278.

FONTES IMPRESSAS

- Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – D. Sebastião Monteiro – 12 de junho do ano de 1707. São Paulo: 1853. Biblioteca do Senado Federal-1946. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/publicações>>. Acesso em 23.out.12.
- Ordenações Filipinas – livro quinto. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm>>. Acesso em 27.out.2012.

FONTES ORAIS

- PIAU. Edirce. Depoimento. Vitória da Conquista. Dezembro 2013.

Recebido em março de 2014

Aprovado em maio de 2014